



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



# 18

## *Discurso na cerimônia de anúncio da regulamentação das atividades de microcrédito ou crédito popular*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 2 DE AGOSTO DE 1999**

*Senhora Ruth Cardoso, Presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária; Dom José Freire Falcão, Cardeal Arcebispo de Brasília; Senhores Ministros de Estado; Senhores Secretários de Estado; Senhores Parlamentares; Senhor Presidente do Banco Central, Doutor Armínio Fraga; Senhor Pedro Moreira Salles, do Conselho do Comunidade Solidária; Senhoras e Senhores,*

Eu tenho muito pouco a acrescentar ao que já foi dito aqui, mas queria acrescentar alguma coisa. Primeiro, o próprio fato de estarmos reunidos aqui, hoje, com Ministros, Presidentes das principais instituições financeiras do Governo, representantes de vários setores da sociedade, já é significativo, porque estamos reunidos para discutir o pequeno, o microcrédito.

Creio que isso não é um fato banal. Normalmente, essas grandes instituições, tanto as privadas, como já foi dito pelo Doutor Moreira Salles, quanto as públicas, pela história do desenvolvimento do Brasil, se orientaram no sentido de sustentar as atividades dos grandes conglomerados econômicos, os grandes grupos econômicos.

Algumas instituições hoje aqui mencionadas, o BNDES e o Banco do Nordeste, por exemplo, eram tipicamente instituições dessa natureza. A Caixa Econômica sempre foi um pouco mais variada na sua amplitude. Mas eram instituições que tinham esse objetivo. E era compreensível que assim o fossem, porque eram instituições voltadas para os grandes desafios do chamado desenvolvimento econômico e para permitir a passagem da nossa economia de uma situação de subdesenvolvimento para uma situação de desenvolvimento, como então se falava.

Pois bem, é óbvio que essas instituições continuam vocacionadas nesse sentido. Mas também está claro, pela razões que já foram aqui mencionadas, que temos um conjunto muito amplo de atividades e de não atividades, que é o mais sério no Brasil, que precisam se transformar em atividades que tenham um sentido produtivo. Daí a insistência do Governo na questão relativa ao pequeno, ao micro.

Há experiências, não preciso repetir. O Banco do Nordeste foi bastante ativo nessa questão da difusão de um conjunto importante de créditos aos pequenos. O Sebrae segue o mesmo caminho. Mas é, absolutamente, uma novidade o fato de que o BNDES tenha tido um papel tão importante, como foi aqui demonstrado. E a própria diretora, Doutora Beatriz Azevedo, mostrou aqui, na sua fala. É muito significativo que tenha ocorrido isso, ou seja, que tenha havido essa sensibilidade, que foi despertada pela ação enérgica das organizações da sociedade civil e do Conselho do Comunidade Solidária, ou, se não foi desperta- da, pelo menos houve a intercessão.

Creio que nunca vi um presidente de Banco Central, como aqui acabamos de ouvir, discutindo assuntos relativos ao microcrédito e dando o exemplo do Zimbábue, onde não-sei-quem, com mil reais, fez não-sei-o-que-lá. E disse uma coisa mais importante ainda. Ele disse que era preciso tomar em consideração que esses sistemas de crédito têm uma baixa taxa de inadimplência, e essa baixa taxa de inadimplência é condição necessária para que as taxas de juros do tomador final diminuam.

Ora, isso é muito importante. E tão mais importante quanto, como o Doutor Moreira Salles, com a experiência que tem e com os dados que

mostrou, nos disse, apenas um conjunto pequeno da população brasileira tem contas nos bancos, e a maior parte da população está fora desse sistema. Daí a idéia de incluí-los em algum sistema de crédito que seja acessível, fácil, que permita o pagamento para que as taxas de juros não disparem. Isso mostra que o Presidente do Banco Central, agora, não apenas está preocupado, como sempre esteve, com a tendência decrescente da taxa de juros, que vai obedecer às regras da inflação e não às do Presidente da República, mas está preocupado com aquilo que é essencial: que se comece a diminuir a diferença entre a taxa Selic – perdoem o jargão – e a taxa do tomador final, que só vai diminuir se houver, efetivamente, uma modificação nas burocracias dos bancos, nas taxas de adimplência e, consequentemente, na própria diminuição da taxa de juros básica da economia.

Mas essa preocupação que foi expressa pelo Presidente do Banco Central me parece que é muito importante, porque ela mostra que o próprio Banco Central está interessado na difusão de formas de crédito que dêem acesso a uma população maior do que aquela que tem acesso normalmente. Mais importante ainda é o fato de o Conselho Monetário Nacional – essa vetusta instituição da qual tive a honra de ser presidente, por pouco tempo – ter tomado decisões que são realmente importantes, porque permitem que formas novas de organização de créditos sejam legalizadas, que as organizações não-governamentais participem do processo de distribuição de crédito e que elas não sejam, todas elas, digamos, inscritas numa regra que é a regra que foi mencionada da lei da usura, que é uma regra que diz respeito aos grandes conglomerados financeiros que, por consequência, não teria nenhum cabimento que fosse aplicada às pequenas organizações.

Dito isso, quero saudar, portanto, esse esforço de cooperação coletiva nas várias instituições governamentais e não-governamentais, para que se possa resolver essa questão, para que possamos começar a incluir um setor mais amplo da população no sistema produtivo. Quero também acrescentar que diz respeito a um tema que é hoje muito importante, que é o tema da inclusão social e do combate à pobreza.

A Doutora Ruth já disse que não é a mesma coisa porque pode haver inclusão e uma certa manutenção de níveis de renda baixa ainda. Mas tem ligação. O problema central hoje, no Brasil, dos pobres é o problema da exclusão. Uma pesquisa recente – quem tiver a curiosidade pode ver isso na *Gazeta Mercantil* desse final de semana – faz um resumo de estudos do Ipea e de estudos do Banco Mundial, que são muito claros, a esse respeito para mostrar que, efetivamente, temos de lidar com a população em atividades não-formais, sem caderneta assinada, que o grosso da população mais pobre se encontra precisamente aí, e que o núcleo duro da pobreza também se encontra aí.

Obviamente, não há de ser simplesmente com esse mecanismo do microcrédito que se vai resolver o conjunto dos problemas, sejam os problemas da inclusão, sejam os problemas da pobreza, a melhoria do nível de renda e de maior acesso da população a uma situação de bem-estar. Mas é um dos mecanismos. E ninguém vai resolver esses grandes problemas do Brasil, nem o da desigualdade, nem o da pobreza – não são a mesma coisa, embora as pessoas confundam isso freqüentemente –, se não tivermos um conjunto de políticas sociais sustentáveis que levem a esse resultado.

Algumas dessas políticas decorrem de determinações gerais, a principal das quais é o combate à inflação. A Doutora Ruth mencionou o fato e é verdadeiro. Se não houver uma situação de estabilidade, não se poderá sequer pensar em microcrédito.

Quem for ler o estudo do Banco Mundial vai verificar que o simples fato de ter sido possível controlar a inflação e criar uma situação de estabilidade permitiu até aquilo que é extremamente difícil, que não é apenas combater a pobreza, mas diminuir um pouco a desigualdade. O estudo mostra, claramente, que de 1976 a 1996 houve muito pouco avanço, e quando houve avanço, foi depois do Plano Real. Foi de 95 a 98, inclusive. Sendo que em 95 e 96, quando se verifica o coeficiente Gini e a proporção em que houve o crescimento da população na participação da renda nacional, vai se verificar que os 10% mais ricos cresceram menos depressa que os 10% mais pobres. E nem se fala dos 40% mais pobres, que, aliás, foram os que mais cresceram nesse processo.

Apesar do que houve, mantém-se uma alta concentração de renda, a estabilidade diminuiu um pouco a questão da concentração de renda. Mas é óbvio que não basta estabilidade. Ela, sozinha, não produz efeitos além de um certo patamar, que permitiu essa mudança pequena na distribuição de renda. É preciso que haja um conjunto de programas, os quais ou são percebidos como um conjunto de programas ou não têm efeito prático. E alguns desses programas são universais: educação, saúde e acesso à terra. Sem esses programas continuados, dificilmente haverá uma desconcentração de renda, com uma elevação do patamar básico da população e, portanto, a melhoria do nível de renda e a diminuição da miséria no País. Esses programas têm que ser continuados.

Além disso, são programas que atingem a todos e de mecanismos específicos, como esse que nós estamos discutindo neste momento – ou melhor, mais do que discutindo, aprovando neste momento. É tomar em consideração que, dado o nível de desigualdade no Brasil, vamos precisar sempre que ter, além das grandes políticas que têm efeito estrutural de médio prazo, algumas políticas de transferência direta de renda. E é preciso que os brasileiros percebam que já existem programas dessa natureza, que são difíceis de serem implementados e precisam de continuidade. Menciono alguns.

Eu pedi ao Doutor Vilmar Faria, que é o chefe da minha assessoria, há algum tempo, que calculasse quanto o Governo Federal redistribui em termos brutos de renda dos impostos que passam para as populações que necessitam de renda e que não contribuíram para esses impostos. É ao redor de 15 bilhões de reais. Por quê? Porque temos um programa chamado Funrural, que é a assistência ao aposentado rural, que não contribui para a Previdência, mas recebe da Previdência. E tem que receber. Isso alcança 6, 7, às vezes 8 bilhões de reais por ano.

Há outros tipos de programa, um pouco menos diretamente de redistribuição nesse sentido, como o seguro-desemprego, que foi uma iniciativa do hoje Ministro da Saúde, José Serra, no tempo da Constituinte, ligado com o FAT–Fundo de Amparo ao Trabalhador. Quando se examina esse programa do seguro-desemprego, o que acon-

tece? Vêem-se por aí, também, 3, 4 bilhões de reais que são distribuídos. Soma-se a isso a Loas, que é a Lei Orgânica de Assistência Social, que tem um programa para atender os idosos que não têm recursos de sobrevivência ou os que são portadores de deficiências físicas. Ela atende, hoje, cerca de um milhão de pessoas, também são mais 1 ou 2 bilhões de reais que se acrescentam a essa renda que vai diretamente a essa população.

Quando se olham os programas para acabar com o trabalho penoso das crianças – nós já passamos de cem mil crianças retiradas desse trabalho –, às quais se tem que dar bolsa-escola, também são algumas centenas de milhões de reais. Há os programas de bolsa-escola, que começam a existir e a funcionar nos municípios, em cooperação com o Ministério da Educação, por pequenos que sejam no início. É outro programa que requer uma persistência.

É assim que se combate a pobreza. É através desse conjunto muito grande de medidas, que requerem recursos continuados. Mas não só recursos, requerem que esses recursos sejam bem usados.

Ainda nesses estudos recentes a que me referi, vê-se que um dos maiores problemas que temos não é o da quantidade de dinheiro, é o que se faz com esse dinheiro. Se aproveitarmos melhor o recurso já existente, eleva-se consideravelmente a melhoria de vida da população.

O Programa Comunidade Ativa está todo montado com essa perspectiva. São os municípios mais pobres, um conjunto de programas para melhorar a qualidade de vida das populações atingidas por esses programas que, como o próprio nome já diz, são de comunidade ativa, sem que haja, simplesmente, o assistencialismo, mas permita o despertar nas comunidades mais pobres de uma consciência daquilo que é possível fazer, de um nível de organização, do treinamento, da capacitação, da demanda sobre programas existentes, e assim por diante.

Há, portanto, todo um conjunto muito grande de ações no campo social em marcha que precisa ter continuidade. E, agora, vem mais esse programa nessa mesma direção, para que possamos continuar, progressivamente, acabando com os níveis de miséria do Brasil e melhorando a distribuição de renda.

Eu até gostaria de terminar dizendo o seguinte: se nós realmente pudéssemos – para ligar tudo com tudo – tomar decisões, agora, no nível do Congresso Nacional, que reduzissem drasticamente os déficits da Previdência Social, teríamos uma quantidade de recursos imensa para resolver os problemas da pobreza do Brasil. Só no que diz respeito ao setor público, no ano passado, o déficit foi de 19 bilhões de reais do Governo Federal. Se se vai para os estados e municípios, isso dobra. Mas tomemos só o federal: 19 bilhões. Do INSS são cerca de 10 bilhões. Portanto, quase 30 bilhões de reais. Evidentemente, ninguém imagina que isso desapareça de uma vez. Mas imaginemos que se reduzam, desses 30, 30%. São 9 bilhões de reais. Essa é a melhor maneira de ajudar, efetivamente, para que o conjunto da sociedade possa levar adiante os seus programas sociais e possa, efetivamente, combater a miséria, a pobreza.

Então, o programa de ação existe. Está nas nossas mãos, do Congresso neste momento, ao rever as questões da Previdência Social, não encarar como se fosse apenas uma questão isolada, fiscalista, para obter equilíbrio no Orçamento. Não. É como criar condições permanentes para que existam à disposição da sociedade recursos para que – em um conjunto de programas importantes, que requerem continuidade, treinamento, mobilização da sociedade, parcerias – nós possamos chegar àquilo que todos almejamos, que é um Brasil efetivamente melhor para todos.

Dito isso, termino felicitando aqueles que se dedicaram à organização deste programa específico que vai, nesse conjunto de ações que mencionei, fortalecer a possibilidade, não só de o Governo, mas, mais importante do que o Governo, de a sociedade brasileira seguir avançando. Renovo meus agradecimentos à ação do Comunidade Solidária, às palavras que aqui foram ditas. Já me referi ao fato inédito de o Presidente do Banco Central estar discutindo o micro. Mas quero dizer que também é um fato muito auspicioso que um dos diretores de uma das maiores instituições financeiras do País tenha sido um dos principais autores dessa luta para permitir que houvesse o acesso do crédito ao microempresário, é o Doutor Pedro Moreira Salles.

Mas agradeço a todos e, em especial, à Senhora Presidente do Conselho do Comunidade Solidária, porque não vou discutir quem imaginou primeiro este programa, porque o Ministro Serra, eu e ela brigamos.

Muito obrigado.